

## **ACESSO E USO DO CRÉDITO RURAL EM UMA ZONA DE AGRICULTORES DE BAIXA RENDA**

---

**Flávio Augusto da Costa Quintana**  
**Gustavo M. Quesada (\*)**

### **1. INTRODUÇÃO**

A escassez de recursos financeiros tem sido apontada por diversos economistas como uma das causas limitantes ao desenvolvimento do setor primário da economia brasileira (1).

Paralelamente, sugere-se também como causa limitante ao desenvolvimento do setor o sistema de posse da terra que, por sua vez, contribui para uma disparidade no processo de distribuição de renda (2).

Supondo que as demais políticas para o setor sejam aplicadas regularmente, com características de complementariedade, parece interessante verificar o acesso a recursos financeiros pelos chamados agricultores de baixa renda.

Caracteriza-se, neste estudo, como acesso a recursos financeiros as possibilidades de obtenção de crédito rural por produtores de baixa renda, a serem operacionalizados de acordo com os módulos regionais.

O crédito é considerado um instrumento econômico-financeiro estratégico para acelerar a taxa de desenvolvimento agrícola das regiões subdesenvolvidas porque possibilita aos agricultores usufruírem dos benefícios proporcionados pelas descobertas tecnológicas (1). Assim, ele funciona "como um veículo para a incorporação de novos insumos nas funções de produção tradicionais (1).

---

(\*) Respectivamente: Professor Colaborador e Professor Titular visitante do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria.

À medida que a agricultura de subsistência passa para a de mercado, isto é, para aquela que dispõe de um excedente comercializável, a complexidade do processo de comercialização tende a aumentar. Em outras palavras, segundo SILVA (6), "o espaço de tempo entre o ato de produção pelos agricultores e o de absorção desta pelos consumidores dilata-se. Com isto a lacuna entre a entrega e o recebimento do valor relativo à produção é aumentada, causando, conseqüentemente, uma falta de recursos financeiros entre os produtores que poderá ser suprida pelo crédito rural".

No presente estudo, são verificados, para os agricultores de baixa renda da Zona da Mata do Estado de Minas Gerais, os seguintes aspectos vinculados ao crédito rural:

1. Número de beneficiários, segundo o sistema de posse da terra e fontes de financiamentos.
2. Valores e uso dos empréstimos obtidos.
3. Necessidades, segundo opinião dos produtores, de recursos externos para custeio de suas explorações agrícolas.

## **2. REVISÃO DE LITERATURA**

No Brasil, tradicionalmente, os estudos sobre a utilização de crédito agrícola têm-se concentrado em amostragens realizadas em Minas Gerais, dado ao trabalho pioneiro que a ACAR/MG realizou neste Estado nos últimos vinte e cinco anos. As populações estudadas variaram de acordo com a voga dos tempos e o que se observa historicamente é que o crédito rural foi implantado para facilitar as limitações do capital de pequenos proprietários. Depois facilitou-se o acesso creditício para incrementar os fatores de produção a fazendeiros dotados de maiores recursos a fim de que pudessem abastecer com os seus produtos os maiores centros consumidores. Ultimamente concentram-se de novo os esforços desta política para atingir os agricultores de baixa renda. A análise semântica dos termos usados é interessante mas foge aos objetivos do presente estudo.

Em 1965, NETO e MACHADO (4), dois extensionistas do escritório central da ACAR/MG, realizaram um levantamento no escritório local de Belo Horizonte sobre os aspectos de aplicação do crédito rural orientado e sua influência na adoção de práticas agrícolas. Eles observaram que antes da introdução do crédito orientado a propriedade média era de 33 hectares, representando 43% do capital/propriedade e que após um ano da introdução do programa, o mutuário médio possuía menos terra, 27 hectares, representando apenas 26% do capital/propriedade, o que é mais significativo.

Alguns anos após, QUESADA (5) fez um estudo mais representativo da utilização do crédito não supervisionado nos diversos municípios trabalhados pela ACAR/MG. Neste estudo verificou que, naquela época, as fontes burocratizadas de crédito agrícola atraíam os proprietários mais modernos e que possuíam mais

terras (média de 114 hectares para os usuários dos Bancos e de 79 hectares para os usuários da ACAR), ficando os proprietários mais tradicionais e com menos recursos (média de 35 hectares) a utilizarem as fontes particulares ou não burocratizadas.

A maior parte dos estudos sobre o crédito aplicado usa a adoção de práticas agrícolas como elemento avaliador numa perspectiva microeconômica.

Uma boa visão macroeconômica dos primeiros passos do crédito em Minas Gerais foi dada por WHARTON (9) ao comparar os efeitos do crédito nos Escritórios de Ubá e Curvelo, representando diversos níveis do subdesenvolvimento agrícola.

Já em outros Estados brasileiros, além dos exemplos de São Paulo (1 e 7) já citados, temos mais recentemente os exemplos de Sergipe e do Rio Grande do Sul. VASCONCELOS (8), duplicando a metodologia de QUESADA (5), analisa tipos de crédito com uma amostra de citricultores atingidos pela área de atuação da ACAR/SE. Se bem que VASCONCELOS mostra uma maior incidência de adotabilidade nos usuários do crédito com assistência técnica, a sua amostra demonstra que o crédito sem assistência técnica é dez vezes mais prevalente no extrato composto de imóveis com menos de 5 hectares do que no extrato composto de imóveis acima de 50 hectares.

Finalmente, numa análise dos efeitos do capital sobre a renda agrícola no município de Santa Maria (RS), CUSUMANO et alii (2) observam que "o incentivo da utilização do crédito rural só causará aumento significativo na produção agrícola se for acompanhado de uma orientação técnica que permita mudanças nos processos tradicionais de produção".

Como vimos, aqui, o ciclo se completa e voltamos a redescobrir o "agricultor de baixa renda".

### **3. MATERIAL E MÉTODO**

Com uma área de 34.500 km<sup>2</sup> e uma população, em 1970, de 1.600.000 habitantes, a Zona da Mata está localizada a sudeste do Estado de Minas Gerais (8).

A população rural, em 1970, correspondia a 50% da população total (7), concentrando-se mais ao norte da "Zona", em contraste com uma concentração mais urbana, ao sul, nas vizinhanças de Juiz de Fora, pólo industrial da região.

A agropecuária da "Zona" apóia-se, basicamente, nas seguintes linhas de produção: arroz, milho, feijão, fumo, cana-de-açúcar, café, pecuária leiteira e de corte, além da avicultura.

A área plantada de café na "Zona", no período de 63/67, correspondia a 26% da área total plantada no Estado, seguindo-se de perto a cultura da cana-de-açúcar e a do feijão (7).

As produções de aves, ovos e leite na Zona da Mata, no biênio 66/67, correspondia a um sexto de cada produção do Estado (7), respectivamente.

Quanto à estrutura fundiária, observa-se que 80% das empresas rurais com menos de 50ha ocupam apenas 28% da área total (3).

Amostra — Este estudo é parte de um projeto geral denominado "Alternativas de Desenvolvimento para Grupos de Baixa Renda na Agricultura Brasileira", desenvolvido por um grupo de universidades, institutos de pesquisas e com o apoio financeiro da EMBRAPA (3).

O levantamento de campo foi realizado em julho de 1973, na Zona da Mata de Minas Gerais, por meio de entrevistas diretas com 74 proprietários e parceiros rurais.

A definição destes grupos foi feita do seguinte modo:

a. Pequeno Proprietário — Produtor rural, proprietário de imóvel rural com área menor que o módulo médio da região, como definido pelo INCRA. (Módulo médio da "Zona": 38,4 ha, variando de 27,4 ha a 53,8 ha).

b. Parceiro — Produtor rural que explora determinada área, menor que o módulo médio da região (como definido pelo INCRA), mantendo com o dono da mesma arranjos de divisão do produto e/ou insumo.

Verificou-se, em algumas situações, que parceiros ou proprietários eram também assalariados fixos ou eventuais. Nesta situação, para efeito da pesquisa, optou-se por classificá-los como parceiros ou proprietários. No caso de um proprietário ser também parceiro, usou-se a classificação proprietário-parceiro.

#### **4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Número de Beneficiários e Fontes de Financiamento — Quando os questionários foram aplicados no campo, 1 em 5 produtores era beneficiário de crédito e os restantes 4/5 não utilizaram o crédito (quadro 1).

Por categoria, o percentual de não-beneficiários superava, na ocasião, a porcentagem de beneficiários.

Segundo o sistema de posse da terra, para o grupo beneficiado de crédito, os proprietários-parceiros constituem a categoria que mais se destaca, seguidos pelos proprietários e parceiros.

**QUADRO 1 — Crédito — Número de beneficiários, sobre a amostra, de crédito rural. Zona da Mata, Minas Gerais, 1973.**

Sistema de Posse da Terra	Produtores						Tamanho da Amostra	
	Beneficiários			Não-beneficiários				
	N.º	% (1)	% (2)	N.º	% (1)	% (2)	N.º	%
Proprietários	5	19,23	33,33	21	80,77	35,59	26	35,13
Parceiros	7	17,94	46,67	32	82,06	54,23	39	52,70
Proprietários/ Parceiros	3	33,33	20,00	6	66,67	10,18	9	12,17
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>20,27</b>	<b>100,00</b>	<b>59</b>	<b>79,73</b>	<b>100,00</b>	<b>74</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Dados da Pesquisa

%(1): Por Categoria

%(2): Segundo o Sistema de Posse da Terra

Classificaram-se as fontes de financiamento, segundo a origem, em dois grupos: institucionais e não-institucionais.

Observa-se que dos 15 produtores beneficiados de crédito (quadro 1), apenas seis são mutuários de crédito rural institucional (quadro 2). Os nove restantes beneficiados utilizam crédito não-institucional.

Como fonte de financiamento institucional foi citado o Banco do Brasil S/A por todos os produtores beneficiados de crédito e, como fontes informais, vizinhos e comerciantes.

Observa-se que parceiros não são beneficiados pelo crédito rural institucional. Este fato decorre, basicamente, da situação de posse da terra, uma vez que não apresentam garantias reais.

Os não-beneficiários, constituindo um grupo de 59 dos entrevistados, apresentam os seguintes motivos para a não-utilização do crédito rural institucional: 4/5 dos casos nunca solicitaram crédito e apenas 1/5 dos casos tiveram suas solicitações recusadas (quadro 2).

A base da recusa deve estar vinculada à baixa capacidade de pagamento.

Convém esclarecer que todos os produtores, quando consultados, mostraram não ignorar a existência de uma rede bancária que, segundo palavras textuais dos mesmos, "fazem empréstimos para a agricultura".

**QUADRO 2 — Crédito rural — Motivos para não-utilização de crédito institucional, por categoria e segundo o sistema de posse da terra. Zona da Mata, Minas Gerais, 1973.**

Sistema de Posse da Terra	Motivos						Tamanho da Amostra	
	Nunca Pediu			Foi Recusado				
	N.º	% (1)	% (2)	N.º	% (1)	% (2)	N.º	%
Proprietários	13	61,90	27,65	8	38,10	66,68	26	35,13
Parceiros	30	93,75	63,82	2	6,25	16,66	39	52,70
Proprietários/ Parceiros	4	66,66	8,53	2	33,34	16,66	9	12,17
Total	47	79,66	100,00	12	30,34	100,00	74	100,00

Fonte: Dados da Pesquisa

%(1): Por Categoria

%(2): Segundo o Sistema de Posse da Terra

Valores médios e uso dos empréstimos — O valor médio dos empréstimos institucionais é da ordem de Cr\$ 3.895,00, destinando-se, basicamente, ao custeio de operações agrícolas. Este custeio é representado pela aquisição de sementes e despesas de consumo familiar. Os prazos e as taxas de juros obedecem aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

Os empréstimos não-institucionais, da ordem de novecentos cruzeiros (Cr\$ 900,00), média por beneficiário, destinam-se ao atendimento de despesas com doenças e consumo familiar. Não foram obtidas maiores informações quanto a prazos, taxas e juros.

Um percentual de 57% dos produtores manifestaram-se favoravelmente e os restantes 43% opinaram contrariamente à necessidade de existência de recursos de capital externos à empresa agrícola (quadro 3).

Apenas para proprietários/parceiros verifica-se que o percentual de opiniões contrárias supera a porcentagem de opiniões favoráveis.

De forma geral, para o grupo como um todo, este posicionamento retrata diferentes níveis de pressupostas necessidades e aspirações.

Parece que o crédito, como instrumento de desenvolvimento, não está adequado às condições e às necessidades deste grupo populacional em estudo. O crédito liberado a favor destes produtores — crédito para despesas de consumo familiar — constitui-se mais em um programa de assistência social do que em

um elemento dinâmico, com a finalidade de complementar as necessidades de capital do produtor.

**QUADRO 3 — Crédito rural — Opiniões dos produtores quanto à necessidade de recursos externos, por categoria e segundo o sistema de posse da terra. Zona da Mata, Minas Gerais, 1973.**

Sistema de Posse da Terra	Opiniões						Tamanho da Amostra	
	Favoráveis			Contrárias				
	N.º	%(1)	%(2)	N.º	%(1)	%(2)	N.º	%
Proprietários	18	69,23	42,85	8	30,77	25,00	26	35,13
Parceiros	20	51,28	47,61	19	48,72	59,37	39	52,70
Proprietários/ Parceiros	4	44,44	9,54	5	55,56	15,63	9	12,17
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>56,75</b>	<b>100,00</b>	<b>32</b>	<b>43,25</b>	<b>100,00</b>	<b>74</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Dados da Pesquisa

%(1): Por Categoria

%(2): Segundo o Sistema de Posse da Terra

## 5. CONCLUSÕES E SUGESTÕES

Os resultados obtidos mostram que apenas 8% dos produtores entrevistados são beneficiários do crédito rural institucional e que, paralelamente, mais da metade dos produtores julgam os recursos externos necessários à manutenção do negócio agrícola.

Pode-se concluir, dada a situação dos produtores de baixa renda e dos resultados obtidos, que o crédito rural não participa do processo produtivo como um elemento dinâmico observados seus objetivos.

Para este grupo da população é indispensável a introdução de uma nova política de crédito, onde o critério de avaliação de patrimônio para estabelecimento de capacidade de pagamento seja substituído por critérios morais.

## 6. RESUMO

Os objetivos do presente estudo são: verificar, para os grupos de baixa renda na agricultura da Zona da Mata do Estado de Minas Gerais, os aspectos vinculados ao número de beneficiários, segundo o sistema de posse da terra, e as

fontes de financiamento de crédito rural. Verificar também os valores e usos dos empréstimos obtidos e a necessidade, segundo a opinião dos produtores entrevistados, de recursos externos para custeio de suas explorações agrícolas.

Os resultados obtidos pela análise percentual mostram que apenas um de cada sete dos produtores entrevistados é beneficiado pelo uso de crédito rural institucional. Paralelamente verificou-se que o valor médio dos empréstimos obtidos para custeio agrícola e para a manutenção familiar é da ordem de Cr\$ 3.895,00 por mutuário.

O não acesso ao crédito pelo grupo que teve suas solicitações recusadas deve-se à falta de garantias reais e à baixa capacidade de pagamento.

## 7. LITERATURA CITADA

1. ARAUJO, P.F.C. **Aspectos da utilização e eficiência do crédito e de alguns fatores de produção, Itapetininga e Guarú, Estado de São Paulo.** Piracicaba, ESALQ/USP, 1969, 130p. Tese PHD.
2. CUSUMANO, V.; RESENDE, J.L. & KIRST, P.H. Uma análise de produtividade agrícola. **Rev. Centro de Ciências Rurais/UFSP**, 1975.
3. ALTERNATIVAS, e desenvolvimento para grupos de baixa renda na agricultura brasileira: diagnóstico. s.1. EMBRAPA, 1974 s.p.
4. NETO, M.J.A. & MACHADO, R.R. **Aspectos de aplicação do crédito rural orientado.** Belo Horizonte, ACAR/MG. 1965 (mimeografado).
5. QUESADA, G.M. Credit in rural Barzil. Lansing, Michigan State University. 1978. (Working paper, 2).
6. SILVA, Z.P. da. e eficiência do crédito rural e dos fatores de produção. Piracicaba ESALQ/USP, 1973. 140p. Tese M.S.
7. DIAGNÓSTICO econômico da Zona da Mata de Minas Gerais. Viçosa, UFV, 1971, 312p.
8. VASCONCELOS, J.R.P. **Influência do crédito rural na adoção de práticas agrícolas pelos citricultores sergipanos.** Viçosa, Universidade Federal de Viçosa, 1976. 85p. Tese M.S.
9. WHARTON, C.R. **A case study of the economic impact of technical assistance capital and technology in the agricultural development of Minas Gerais,** Chicago, University of Chicago. 1978. Tese PhD.